

Um debate sem bases

Ao se preparar para iniciar a renegociação da dívida externa com os bancos credores, o Planalto procurou fortalecer-se diante das instituições financeiras estrangeiras, solicitando ao Senado, nos termos da Constituição, a aprovação dos acordos internacionais. Assim, foi votada pela Câmara Alta a Resolução nº 82, que estabelecia que os acordos deveriam levar em conta a nossa capacidade de pagamento (medida pelo superávit primário do setor público) e a manutenção de reservas equivalentes a quatro meses de importação. Porém, o governo, ao pretender se armar para o debate da dívida, acabou por se envolver nas malhas da sua própria tática ao requerer o beneplácito do Senado ao protocolo do acordo que negociou com os credores.

Normal, pois, que os senadores pedissem explicações ao presidente do Banco Cen-

tral e ao embaixador Jório Dauster para verificar se ambas as exigências haviam sido respeitadas. É interessante notar que a questão da capacidade de pagamento ficou esquecida. Com efeito, tão frágil era a sua base que os credores logo a recusaram, por ser absolutamente impossível ao nosso governo calcular, para um período de 13 anos (prazo do pagamento dos bônus, inclusive a carência de três anos), a capacidade de pagamento do Brasil, que depende do resultado da política fiscal. Para que fosse aceita, teria sido necessário que o acordo previsse que, na inexistência do superávit primário, não se realizaria o pagamento estabelecido, cláusula que nunca seria aceita pelos credores. O governo brasileiro esqueceu tal exigência e, ao que parece, também o Senado, numa atitude realista.

No entanto, a questão das

reservas foi levantada na Câmara Alta, tendo o presidente do Banco Central afirmado que os compromissos assumidos não desprezavam a Resolução nº 82. Efetivamente, levam-se em conta as reservas existentes e a perspectiva de um superávit da balança comercial de US\$ 13 bilhões para o presente exercício. O resultado da balança comercial no primeiro trimestre parece justificar tal otimismo, cumprindo porém lembrar que a evolução do comércio exterior se prende a uma série de fatores que, nem sempre, depende do governo. Incontestavelmente, um deles, essencial, é a manutenção de uma taxa cambial realista. Em fevereiro e março verificamos que tal não ocorreu, o que criou uma expectativa negativa para os exportadores, que se poderá manifestar na queda das vendas ao Exterior nos próximos meses. É igualmente vital a relação câmbio/salá-

rios, hoje favorável à exportação, mas passível de modificações como também os preços internos. Cumpriria um firme compromisso das autoridades monetárias em relação à manutenção de uma taxa cambial realista, especialmente no quadro de uma economia mundial assoberbada por uma queda de atividades.

Cabe destacar a análise do protocolo do acordo com os bancos credores, enviada pela professora Zélia Cardoso de Mello ao presidente de Senado. Ao comentar passo a passo as diversas cláusulas, a ministra da Economia teve uma preocupação: mostrar que o Brasil obteve condições particularmente favoráveis, o que, implicitamente, comprova a boa vontade dos credores, ora negada pelo Senado. Mas o que mais avulta nesse documento é que caberá aos próximos governos pagar a conta...